

Enfrentando a pandemia desde o local. A desigualdade nas condições de habitabilidade*

*Facing pandemic from local populations. The inequality
in the conditions of habitability*

ALICIA ZICCARDI

Pesquisadora do Instituto de Pesquisas
Sociales, Universidade Nacional
Autônoma do México. Cidade do
México – México

ziccardi@unam.mx

orcid.org/0000-0002-4050-3783

RESUMO

Esse artigo analisa os efeitos no México da crise sanitária global produto do vírus Covid-19, uma crise de tal intensidade que obrigou desde o início a uma mudança do modo de vida urbano e que coloca o desafio de rever o modelo ou paradigma de cidade que se desenvolveu no quadro das políticas neoliberais que se impuseram em México nas últimas três décadas, desde uma perspectiva local. Trata-se de contribuir com conhecimentos e reflexões que contribuam para o desenho de novas políticas e ações que permitam avançar para a conquista de cidades saudáveis e em escala humana, economicamente, socialmente e ambientalmente sustentáveis.

Palavras-chave: pandemia, isolamento social, habitabilidade, México.

ABSTRACT

This article analyzes the effects of the global health crisis resulting from the Covid-19 virus in Mexico urban life. COVID-19 crisis forced a change in the urban way of life from the beginning and enable a reviewing of urban life developed within the framework of the neoliberal policies that have been imposed in Mexico in the last three decades. Thus, this article aims to create with knowledge and reflections that contribute to the design of new policies and actions that allow progress towards the achievement of healthy cities on a human scale, economically, socially and environmentally sustainable.

Keywords: pandemic, social isolation, habitability, Mexico.

* Uma versão do presente trabalho foi publicada em espanhol na *Revista Iberoamericana de Gobierno Local*, n. 22, em dezembro de 2022



<http://dx.doi.org/10.51861/ded.dmvtrt.1.013>

Recebido em: 16 de agosto de 2022. Aprovado em: 13 de outubro de 2022.

INTRODUÇÃO

Apesar da importância das campanhas de vacinação, a pandemia do vírus SARS COV2 não esmorece e as cidades continuam a ser os principais espaços onde se concentra o maior número de infetados e de pessoas que perderam a vida. Passado mais de um ano, já são evidentes os múltiplos efeitos gerados pela mais grave crise sanitária do século XXI. Uma crise cujas consequências podem ser vistas em diferentes esferas da vida social, econômica, cultural e urbana.

É, portanto, interessante analisar os efeitos locais desta crise global da saúde, uma crise de tal intensidade que obrigou desde o início a uma mudança do modo de vida urbano. Uma crise que coloca o desafio de rever o modelo ou paradigma de cidade que se desenvolveu no quadro das políticas neoliberais que se impuseram em México nas últimas três décadas. Por isso, a partir de uma perspectiva local, tentaremos fazer um balanço do que tem sido feito por diferentes atores governamentais e sociais para aliviar os efeitos que a pandemia teve nos cidadãos e nas cidades. Trata-se de contribuir com conhecimentos e reflexões que contribuam para o desenho de novas políticas e ações que nos permitam avançar para a conquista de cidades saudáveis e em escala humana, economicamente, socialmente e ambientalmente sustentáveis.

Trata-se de oferecer novos conhecimentos sobre esta situação crítica de saúde e social que a sociedade mexicana vive como consequência da pandemia global causada por SARS-COV 2-COVID 19. Para tal fim, retomaremos o trabalho realizado por um grupo de acadêmicos, incluindo estudantes de pós-graduação, que foi publicado em um livro recém-lançado intitulado *Habitabilidad, Entorno urbano y Distanciamiento Social* (2021).

A intenção é destacar a importância de considerar as condições diferenciadas de habitabilidade oferecidas pelas habitações e pelos bens e serviços coletivos de nossas cidades para que a sociedade mexicana possa superar a difícil situação atual. Trata-se de contribuir desde as ciências sociais para fornecer ideias para o desenho de ações imediatas e políticas públicas que nos permitam enfrentar a pandemia e outros riscos naturais e sociais em México.

A PANDEMIA E SEUS EFEITOS URBANOS MAIS VISÍVEIS NO MÉXICO

Bringel e Pleyers (2020) afirmaram que se trata de uma pandemia universal, por sua abrangência, interconexão e visibilidade, e caracterizaram a situação atual como um momento dramático para a humanidade. A crise global que esse vírus gerou é de tal intensidade e amplitude que mudou o modo de vida de indivíduos, famílias, comunidades e toda a sociedade urbana.

Segundo dados da ONU Habitat (2021) desde a sua criação, mais de noventa por cento dos casos de pessoas afetadas vivem nas cidades. Sem dúvida, todas as

esferas da vida se transformaram, as formas de trabalho mudaram do presencial para o virtual, a forma de viver no espaço das moradias, o uso do espaço público, a mobilidade, o processo de ensinar e aprender, o acesso à cultura, ao esporte e ao consumo de bens necessários à vida humana e à vida social da cidade, tais como escolas, hospitais, espaços culturais, recreativos e esportivos (ZICCARDI, 2020).

A pandemia é também um *fato social total* que convulsiona o conjunto das relações sociais, todos os atores, instituições e valores (RAMONET, 2020). Uma das principais consequências dessa crise multidimensional é mostrar a vulnerabilidade social em que vivemos, tornando visíveis os imensos riscos naturais e sociais existentes em nossas cidades. De outro lado, tornou visível para a sociedade como um todo as profundas desigualdades existentes em nossas cidades, principalmente em relação às condições de trabalho e de vida, destacando as desigualdades existentes em relação ao acesso e à qualidade da moradia e dos serviços públicos. Por fim, o fundamental é que revelou as condições de pobreza urbana, as péssimas condições de habitabilidade que existem em certas áreas das cidades onde vivem os setores populares, suportando superlotação, moradias precárias e sérias dificuldades de acesso a bens básicos como água ou transporte. Tudo isso coloca essa população em situação de maior risco de contrair doenças e perder a vida em decorrência da Covid 19.

Desta forma, deve-se explorar o vínculo que existe entre as condições desiguais de habitabilidade nas moradias e no meio urbano em que estão inseridas e as condições de saúde desiguais dos diferentes setores da sociedade. Sem dúvida, as classes média e alta possuem melhores condições de saúde e saneamento, com espaços adequados para o núcleo de pessoas que os habitam e o que é essencial, suas residências estão localizadas em bairros dotados de serviços básicos - água, esgoto, coleta de lixo - infraestrutura hospitalar e equipamentos comerciais. Mesmo para os setores populares, o isolamento social é mais fácil de respeitar quando a casa está localizada em bairros populares já consolidados, onde as casas são muito pequenas e há condições de superlotação, mas onde o acesso à alimentação, serviços de saúde, mobilidade e transporte público são garantidos.

Nas grandes regiões metropolitanas do país, como é o caso da Cidade do México, nas últimas duas décadas impôs-se um padrão de urbanização neoliberal, que produziu uma forma urbana dispersa e difusa, composta por periferias cada vez mais distantes, onde proliferam conjuntos habitacionais de pequenas moradias em que seus habitantes perdem várias horas para se deslocar para o trabalho e onde o abastecimento de bens básicos (alimentação, água) não é garantido, e menos ainda o acesso aos serviços de saúde, o que deixa essa população em condições de maior vulnerabilidade para adquirir o vírus. Nestas condições de habitabilidade manter uma distância saudável nas moradias e nos transportes ou no acesso às lojas é extremamente difícil. Nesse sentido, tanto os bairros populares quanto os conjuntos habitacionais do leste da Cidade do México são os territórios periféricos onde se concentra o maior número de casos de pessoas que foram infectadas e infelizmente morreram.

É importante notar, então, que a pandemia tornou visível a interdependência existente entre condições de vida, trabalho e saúde e expõe um conjunto de direitos constitucionais vulnerados, tais como acesso à saúde, água potável, trabalho decente, moradia adequada e transporte público de qualidade – ou seja, direitos que não podem ser efetivados pelo amplo grupo da população de baixa renda. Sem dúvida, os setores sociais que convivem cotidianamente em condições de grande vulnerabilidade, agravadas pela presença de eventos naturais – terremotos, inundações, furacões – ou de saúde, como é o caso da atual pandemia, são os que enfrentam a maiores riscos e exigem ação imediata de seus governos locais.

Por isso, este trabalho procura examinar o caráter urbano da crise, uma vez que essas condições sanitárias modificaram o modo de vida urbano, tanto o uso do espaço dentro das moradias quanto a forma de acesso aos bens coletivos da cidade: educação, saúde, cultura, lazer e meio ambiente, cujo acesso é regido pelo marco dos direitos constitucionais do país e de seus entes públicos. No entanto, o cumprimento efetivo depende em grande parte das capacidades locais. Para tanto, serão apresentados a seguir os procedimentos metodológicos e os principais resultados da pesquisa.

Como estudar a pandemia desde o local?

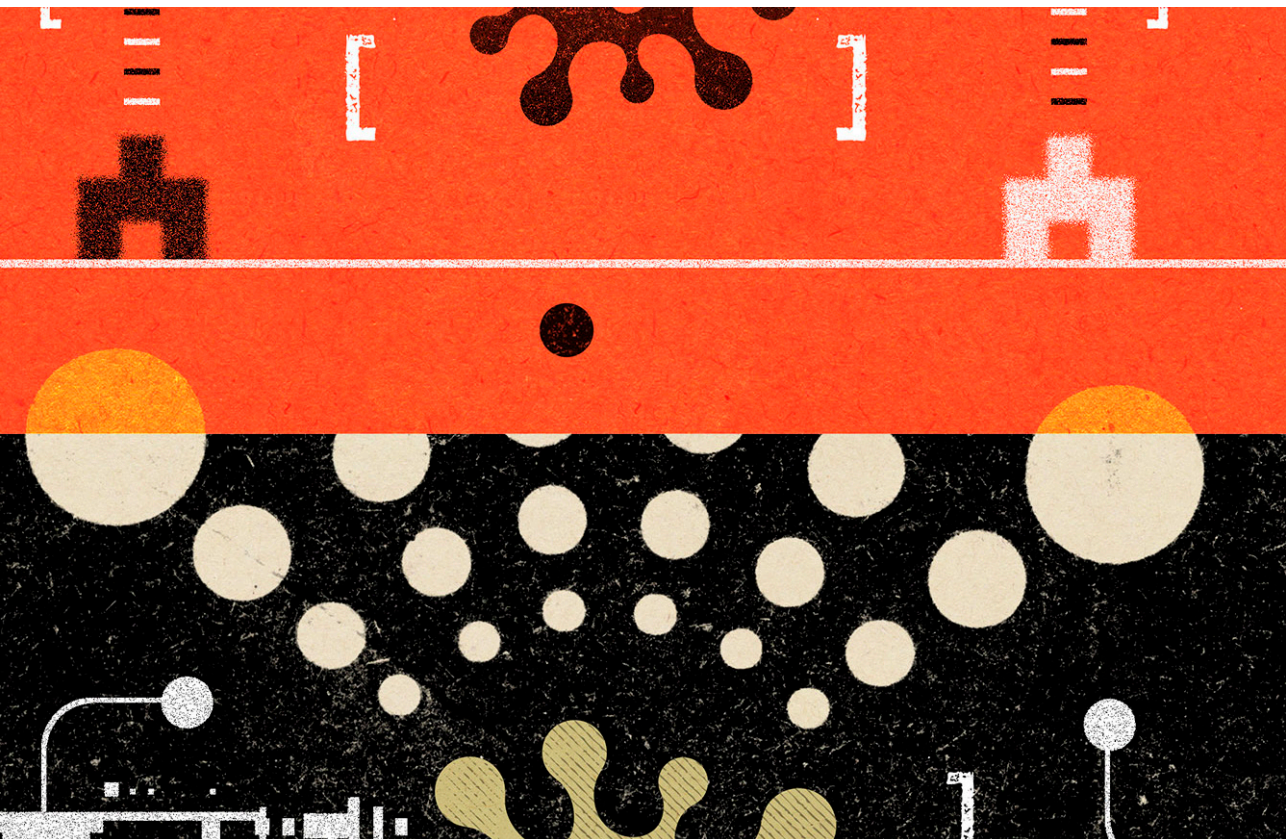
Antes de tudo, é preciso dizer que se trata de uma pesquisa exploratória, aplicada e coletiva realizada no contexto de pandemia e recuperamos neste texto a explicação contida no primeiro capítulo de nosso livro (ZICCARDI, 2021).

Os principais critérios utilizados para a seleção das cidades mexicanas estudadas são: seu tamanho, sua localização e as funções que cumprem no sistema urbano, nacional e estadual, no marco do federalismo mexicano. Nesse sentido, a experiência vivida em nível global indicou que a pandemia se concentrou nos grandes centros urbanos, razão pela qual se decidiu inicialmente selecionar as três grandes áreas metropolitanas do sistema urbano nacional: *Cidade do México*, *Guadalajara* e *Monterrey*. Da mesma forma, considerou-se importante estudar as duas grandes cidades fronteiriças, *Tijuana* e *Ciudad Juárez*, dada a importância dos fluxos migratórios entre o México e os Estados Unidos e as atividades econômicas ligadas à economia global, que geram impactos do distanciamento social diferentes e particulares. Da mesma forma, foram selecionadas outras três cidades, *Cuernavaca*, *Mérida* e *Toluca*, capitais das respectivas entidades a que pertencem, que concentram em seus territórios funções econômicas, de governo e prestação de serviços públicos básicos – saúde, educação, cultura – assumindo o papel de ser a cidade capital do sistema urbano estadual.

Para a análise de cada uma das cidades foram criadas oito equipes de pesquisadores e em alguns casos foram incorporados estudantes de pós-graduação. Para a análise das condições de habitabilidade diferenciadas das moradias, do ambiente urbano e da atuação dos três níveis de governo frente à emergência, se usaram

dados censitários e as principais fontes de informação foram a Secretaria de Saúde do Governo Federal, as estatísticas de pobreza e desigualdade do CONEVAL (Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social), EVALUA da Cidade do México e agências estaduais. Também foram revisadas as informações geradas por diferentes unidades da UNAM (Universidade Nacional Autônoma do México) e outras universidades e centros de pesquisa, como também a bibliografia produzida desde o início da pandemia e o material documental e jornalístico disponível para cada entidade.

Um dos principais instrumentos deste estudo que permite a comparabilidade dos dados primários das oito cidades analisadas é o questionário denominado “Condições de habitabilidade das moradias face ao ‘distanciamento social’ imposto pela COVID-19”, cujo objetivo é conhecer como as pessoas entrevistadas percebem os efeitos que o “distanciamento social” tem sobre elas e suas moradias, de acordo com as condições da casa e do ambiente urbano em que estão inseridas. Os entrevistados foram questionados sobre quais propostas fariam às autoridades para enfrentar esta difícil situação sanitária, econômica e social nas melhores condições possíveis. O formulário foi estruturado em vinte e nove questões agrupadas em sete seções: caracterização das condições do informante do ambiente urbano; condições de habitabilidade da moradia; atividades econômicas e educacionais; convivência familiar, convivência de vizinhança e efeitos do distanciamento social e ações governamentais.



Dadas as limitações impostas pelo isolamento social, o questionário foi aplicado por meio da Internet, por telefone e *WhatsApp*, com a técnica de bola de neve, que consiste em uma amostragem não probabilística em que os indivíduos identificados para serem entrevistados convidam em cadeia outras pessoas conhecidas para participar na pesquisa. Isso fez com que fosse atendido apenas por aquela parcela da população que possui algum tipo de conectividade, seja no computador ou no celular. O formulário foi aplicado entre 25 de abril e 31 de maio de 2020, data em que terminou o *Dia Nacional de Sana Distancia* e foram recebidos um total de 8.085 questionários, dos quais 7.030 correspondem aos municípios das referidas áreas metropolitanas, o que fez possível identificar o bairro e o município ou prefeitura a que pertence o entrevistado (Tabela 1).

Tabela 1. Número de questionários por Região Metropolitana – Totais (25 a 31 de maio de 2020)

Cidade	Frequências	Porcentagens
Cidade do México	4.419	62,9
Guadalajara	712	10.1
Monterey	211	3.0
Tijuana	290	4.1
Cidade Juarez	721	10.3
Toluca	196	2.8
Cuernavaca	198	2.8
Mérida	283	4.0
Total	7.030	100,0

Fonte: Questionário "Condições habitacionais das residências e do ambiente urbano diante do isolamento imposto pelo COVID 19", IISUNAM, FA, CRIM e PUED da UNAM, 2020

As pessoas que responderam ao questionário são maiores de idade, sete em cada dez são mulheres (Gráfico 1), o que é um primeiro indicador de que são elas que manifestam maior interesse em participar num estudo que se refere às condições de vida de suas moradias e seus bairros ou cidades diante da situação criada pela pandemia. Quanto ao perfil dos entrevistados, dois em cada dez têm entre 18 e 30 anos e seis em cada dez têm entre 31 e 60 anos.

Meninos e meninas com menos de 10 anos de idade vivem em 21,7% dos domicílios, 17,5% são adolescentes e 40,5% são jovens. Em média, a maioria dos domicílios dos entrevistados é habitada por três pessoas, enquanto no caso daqueles com mais de 60 anos, a maioria declara morar sozinho ou com companheiro.

A análise dos dados que emergiram do questionário aplicado em cada cidade é realizada recuperando os principais eixos de análise e hipóteses desta pesquisa. Também estão incluídas as principais propostas que as pessoas entrevistadas expressaram, bem como as principais ações que os governos das respectivas entidades, os governos municipais e os das prefeituras da Cidade do México desenha-

ram e aplicaram. A intenção é contribuir com a cidadania para enfrentar da melhor forma possível a grave situação gerada pela pandemia como também pensar na cidade do futuro imediato em que os direitos econômicos, sociais, ambientais e urbanísticos sejam efetivados para garantir a qualidade de vida adequada.

SOBRE AS CONDIÇÕES DESIGUAIS DE HABITABILIDADE DE Nossas Cidades

A experiência do confinamento dentro das moradias expressa e amplia as desigualdades estruturais existentes em nossas cidades, bem como as limitações para efetivar os direitos constitucionais à saúde, educação, moradia, alimentação e trabalho, que estão intimamente inter-relacionados. Em linhas gerais, pode-se afirmar que o confinamento é extremamente difícil quando se vive em casas pequenas que oferecem precárias condições de vida. Pelo contrário, esta situação pode ser melhor enfrentada quando as características materiais e os espaços compartilhados são adequados ao tipo de família que os habita. Mas isso também depende do número de pessoas, das características dos membros da família quanto ao sexo, idade, atividades econômicas e de cuidado e dos vínculos que determinam sua convivência no mesmo imóvel, como é o caso em que mais de uma família mora em uma casa com ou sem relação de parentesco e/ou aluga cômodos dentro dela.

Da mesma forma, pessoas que moram sozinhas ou com companheiro, situação bastante comum no caso dos idosos, requerem atenção especial, pois correm maior risco de contrair o vírus e precisam de apoio para ter acesso a alimentos e remédios. Mas, sem dúvida, a situação mais crítica é para aquelas pessoas que estão em situação de ruas¹ e/ou vivem em acampamentos, o que implica em absoluta negação do direito à cidade e as coloca em situação de extrema vulnerabilidade para contrair o vírus.

Durante o confinamento no interior das moradias, o principal indicador das condições de habitabilidade das casas é a relação que existe entre o número de pessoas que a habitam e o número de quartos², o que permite detectar diferentes situações de *sobrelotação*. Isso impede que as pessoas possam realizar adequadamente o conjunto de atividades relacionadas principalmente ao trabalho, educação, saúde, cultura e lazer dentro de suas casas. Da mesma forma, a intensidade da convivência pode contribuir para melhorar as relações entre as pessoas, mas também pode gerar situações de tensão e violência dentro das famílias, que atingem principalmente mulheres, meninas, meninos e adolescentes.

Por isso, um dos mais importantes indicadores de habitabilidade é a *dimensão da habitação* que, quando relacionada com o número de pessoas que a habitam,

1 Sobre a população em situação de rua na Cidade do México, ver Coronel, (2015), Ziccardi (2019).

2 Sobre as diferentes perspectivas de análise e definições do conceito e indicadores das condições de habitabilidade das habitações e do ambiente urbano, ver Ziccardi, (2015). Capítulo I.

permite inferir situações de sobrelotação. Mas também importa o *desenho* - ventilação, altura, janelas - materiais de construção e ter serviços básicos como água encanada no banheiro e na cozinha, esgoto e eletricidade. Tudo isso afeta as condições de habitabilidade e saúde que uma casa oferece.

Além disso, em meio a uma pandemia que paralisou as atividades econômicas por vários meses, afetando fortemente a renda familiar dos trabalhadores, outro indicador importante a considerar são as diferentes *formas de propriedade da casa*, que colocam às pessoas e moradias em condições muito difíceis para enfrentar a pandemia.

Possuir *casa própria* não garante ter condições adequadas de habitabilidade, embora, como é sabido na sociedade mexicana, esta seja a principal forma de propriedade, mesmo com grandes variações em diferentes áreas do país (ZICCARDI, 2015). Assim, a principal forma de moradia, e os setores populares majoritários, no México e na região latino-americana, resolveram suas necessidades habitacionais através de diferentes processos de autoprodução que realizaram com seus escassos recursos. Várias gerações estão envolvidas nesse processo de autoprodução de moradias em bairros, bairros populares e cidades, contribuindo com trabalho e recursos financeiros, o que lhes permite conquistar progressivamente um espaço habitacional. Em geral, coletivamente e através de diferentes formas de organização e luta, as pessoas conseguem acessar a regularização de suas propriedades e dotá-las de infraestrutura e equipamentos básicos, o que faz com que muitos desses assentamentos populares sejam muito consolidados enquanto outros são uma expressão das condições de marginalidade e exclusão urbana em que vivem seus habitantes.

No entanto, o principal problema no cumprimento do isolamento social nestes lares é a sua dimensão, pois são geralmente muito pequenos face às necessidades da família ou ao número de pessoas que o habitam, o que determina as condições de habitabilidade. Mas a má qualidade de vida também afeta a precariedade de materiais de construção, desenho e mobiliário que essas famílias possuem.

Além disso, é importante identificar famílias trabalhadoras que possuem casa própria e que estão pagando parcelas de um empréstimo hipotecário ou de outro tipo, que na atual situação de crise econômica, perda de empregos e diminuição da renda pessoal e familiar, pode colocá-los em uma situação de incerteza. Esta situação também afeta as pessoas que alugam, uma vez que o compromisso assumido com o proprietário quanto ao pagamento mensal do aluguel dependerá em grande medida da manutenção do trabalho e do rendimento pessoal e familiar. Sem dúvida, essa forma de arrendamento costuma estar diretamente relacionada ao ciclo de vida familiar e são os jovens e as famílias recém-constituídas que encontram no aluguel sua melhor alternativa de moradia (EMANUELLI, 2020), população em que as condições precárias de emprego são maiores .

Da mesma forma, o não pagamento da renda gera uma cadeia de incumprimentos e multiplica as situações de risco, pois para muitos proprietários este pode ser a sua

fonte de renda, principal ou complementar, necessária para sua sobrevivência. Mas à situação de ter de pagar um aluguel junta-se o fato de as pessoas terem de pagar os serviços de habitação, água, luz, telefones fixos e celulares, conectividade fora o pagamento do IPTU no caso de serem proprietários. Todas essas despesas mais o pagamento de outros créditos que tenham contratado anteriormente indicam a impossibilidade de enfrentá-los quando se perde o emprego ou a renda diminuiu substancialmente (YANES, 2020). Essa perda de empregos ocorre principalmente para quem trabalha no setor privado, principal fonte de trabalho dos entrevistados nesta pesquisa, uma vez que os trabalhadores do setor público continuaram recebendo seu salário.

Como muda o uso das moradias e do espaço público?

Da mesma forma, em nosso livro (ZICCARDI, 2021) analisamos o uso do espaço habitacional privado durante a pandemia, bem como o uso público. Dele extraímos as ideias principais. Atendendo à recomendação “fique em casa” cabem algumas ponderações sobre as possibilidades reais que as pessoas têm de cumprir este slogan, consoante os diferentes tipos de habitação que habitam. Nesse sentido, para ficar na resid[ência é preciso ter uma casa e esta deve ter condições adequadas de habitabilidade de acordo com a composição das famílias.

O cumprimento do confinamento depende então das possibilidades oferecidas por estas moradias para alojar diferentes tipos de famílias e/ou pessoas e do desenvolvimento das atividades que as pessoas devem e querem realizar, ou seja, número de membros, idades, sexo, atividades econômicas e escolares de diferentes níveis educacionais, disponibilidade de computador, conectividade com a internet, serviço de telefonia fixa e móvel, entre outros bens básicos (ANGULO, SANTOS & SIQUEIROS, 2020).

Sem dúvida, a principal atividade que deve ser garantida dentro de residência é o *trabalho em casa* do qual se obtém remuneração, seja material ou online, junto com as atividades vinculadas ao processo educacional online denominado *aprender em casa*, com o qual estudantes crianças, adolescentes e adultos devem cumprir, muitos dos quais têm uma bolsa de estudos. Sem dúvida, trabalhar e estudar em casa supõe uma redistribuição do espaço original da residência, o que é muito problemático, não só porque existem limitações de espaço físico, mas também porque a realização dessas atividades exige concentração e quando se trata de menores, o apoio da mãe, cujo trabalho de cuidado não remunerado para mulheres ainda é crescente (BATTHYÁNY, 2020; BATTHYÁNY, GENTA & SCAVINO, 2019).

Quando existe um único computador com conectividade que deve ser compartilhada por vários membros da família, os obstáculos para um bom desempenho são maiores. Por outro lado, as tensões e até a violência contra mulheres, meninas e meninos estão aumentando dentro dos lares em meio a situações de um novo cotidiano permeado por privações, medo e grande incerteza (DE LA FUENTE, 2020).

Dadas as necessárias condições de confinamento exigida pela pandemia, à medida que se ampliam e intensificam as atividades realizadas dentro dos lares, aumenta o trabalho feminino, uma vez que ao trabalho *doméstico e cuidado* - de meninas, meninos, adolescentes e idosos ou pessoas com capacidades diferentes - e ao trabalho não remunerado, somam-se agora as diversas tarefas econômicas, escolares, recreativas e de cuidado. Em algumas cidades como a Cidade do México, onde os direitos das mulheres pela igualdade de gênero estão cada vez mais presentes no sistema educacional, nas mobilizações sociais e na mídia e nas representações coletivas, é previsível que alguns avanços tenham ocorrido em algumas famílias em meio a essa situação e que algumas tarefas sejam compartilhadas entre mulheres e homens, como *tarefas domésticas e compras de alimentos*, embora o maior ônus continue sendo para as mulheres.

Igualmente, nesta investigação procuramos aproximar-nos do conhecimento do bairro, do comportamento social e governamental no que diz respeito aos apoios que alguns setores da população requerem, nomeadamente as pessoas idosas que vivem sozinhas e/ou têm alguma deficiência. Finalmente, analisou-se a percepção que os entrevistados têm sobre as ações realizadas pelos diferentes níveis de governo para apoiar os setores da cidadania mais necessitados. Embora diante dessa pandemia inicialmente houve ações governamentais centralizadas no governo federal, os governos estaduais e municipais também definiram ações particulares nos seus territórios. Além disso, os governos locais -municípios e prefeituras-, por serem as autoridades mais próximas dos cidadãos, são obrigados a atender suas demandas em caso de emergência, mesmo quando não têm poderes legais sobre alguns problemas e seus recursos econômicos e institucionais são escassos diante das necessidades da população, o que levou à criação de ações originais para conter a pandemia e ajudar a população, principalmente aquelas com menores recursos, a enfrentar uma terrível pandemia que custou a vida de centenas de milhares de mexicanos.

APRENDIZADOS E DESAFIOS DAS CIDADES EM TEMPOS DE PANDEMIA.

Sem dúvida, muitas lições surgem com a grave situação gerada por essa pandemia que mudou profunda e rapidamente o modo de vida urbano.

Inicialmente, partimos do fato de que nas cidades mexicanas, como em outras da América Latina, toda a sociedade corre o risco do perigo representado pelo vírus SARS COV2-COVID 19, mas são os setores de baixa renda que são mais vulneráveis, visto que vivem em moradias precárias localizadas em bairros, loteamentos particulares ou de interesse social, ou em qualquer outro tipo de habitação coletiva precária. Ali vivem os trabalhadores que carecem de emprego estável e de segurança social, devendo deslocar-se diariamente do seu local de residência para obterem um rendimento de que depende o sustento pessoal e familiar.

São principalmente os moradores dessas casas que não conseguiram fazer valer os direitos econômicos, sociais, culturais, ambientais e urbanísticos reconhecidos na Constituição Política da República e na Constituição Política da Cidade do México. A difícil situação sanitária, econômica e social que atravessam os habitantes pobres das nossas cidades são também expressão dos elevados custos gerados por um padrão de urbanização marcado por grandes desigualdades no acesso e qualidade dos bens e serviços urbanos básicos. São justamente essas desigualdades urbanas que amplificam as desigualdades estruturais, as marcadas desigualdades socioeconômicas que caracterizam nossas sociedades (ZICCARDIA, 2019).

As recomendações que as autoridades de saúde têm dado sobre “distanciamento social”, “ficar em casa” e “lavar frequentemente as mãos” não podem ser cumpridas por quem vive em casas pequenas, onde a água não chega todos os dias, e quando os habitantes devem se mobilizar diariamente usando um transporte público saturado e pouco saudável. A estas condições de habitabilidade e mobilidade juntam-se os riscos que existem diariamente no seu local de trabalho, principalmente para os trabalhadores da saúde que arriscam as suas vidas para cuidar dos doentes.

As ações públicas devem mensurar a importância e a centralidade das condições de vida dos cidadãos, especialmente das residências e do meio urbano, a fim de enfrentar a grave situação gerada atualmente pelo COVID-19 e proteger a população de qualquer outro risco natural, de saúde ou social.

Deve ser lembrado que as profundas transformações ocorridas nas cidades desde finais dos séculos XIX e XX nos desenhos dos espaços e imóveis de uso público - escolas, hospitais - bem como nas tipologias habitacionais, na criação de novos bairros periféricos e melhorias substanciais na infraestrutura de água e drenagem responderam em grande medida aos desafios enfrentados pelos urbanistas e governos locais para melhorar as condições de saneamento das cidades.

A pandemia revela a inter-relação que existe entre os direitos humanos - o acesso à saúde, à habitação, à água, até a um ambiente saudável, bem como o direito ao trabalho e à alimentação são direitos constitucionais que não podem ser plenamente reconhecidos a grupos de cidadãos que vivem em condição de pobreza. A situação atualmente é extremamente crítica, pois a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe projetou para 2020 um aumento no número de pobres de pelo menos 28,7 milhões de pessoas para a região como consequência da pandemia e no cenário de alta os maiores aumentos na pobreza em geral e na extrema pobreza em particular, ocorreria no México (CEPAL, 2020). Da mesma forma, o Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social do México (CONEVAL, 2020) indicou em seus estudos que as pessoas em situação de *pobreza de renda* aumentarão entre 8,9 e 9,8 milhões de pessoas, enquanto a de pessoas em situação de *extrema pobreza por renda* aumentará entre 6,1 e 10,7 milhões de pessoas.

Tudo indica que esta situação pode desencadear profundas transformações no modo de vida dos cidadãos e que a criação de uma “nova normalidade” exige, entre

muitas outras coisas, uma profunda revisão do modelo de cidade que se impôs no quadro das políticas económicas neoliberais e avançam no reconhecimento do conjunto de direitos urbanos - moradia adequada, acesso a serviços urbanos de qualidade, principalmente água, espaços públicos e transporte de qualidade - que constituem o direito à cidade (ZICCARDI, 2018; 2019). Em particular, devem ser revistas as políticas urbanas e habitacionais em que as organizações do setor público privilegiam critérios financeiros ao construir enormes conjuntos habitacionais sem construir uma cidade e sem garantir qualidade de vida aos trabalhadores. Uma política que não incorpora os governos municipais em seus programas e que posteriormente os torna destinatários do fornecimento de equipamentos e serviços públicos básicos.

Desta forma é importante visualizar a ação de dois atores fundamentais do cenário público. Por um lado, os governos municipais e as autarquias que devem desempenhar um papel central porque constituem a autoridade mais próxima dos cidadãos, aquela que deve dar uma resposta imediata a esta difícil situação e para isso devem ser reforçadas as suas capacidades institucionais e financeiras. Por outro lado, as universidades e centros de pesquisa devem agregar às suas funções substantivas de ensino e pesquisa as tarefas de articulação com diferentes atores sociais e instituições governamentais. Sem dúvida, para superar a situação atual, o papel das instituições de ensino superior é de fundamental importância porque são criadores de novos conhecimentos científicos e tecnológicos que salvam vidas humanas contribuindo superam a grave crise sanitária, econômica e social.

É nesta linha que nosso trabalho coletivo inclui uma modesta contribuição de diferentes universidades e centros de pesquisa do México para fornecer conhecimentos que contribuam para entender a complexidade da vida urbana atual e a necessidade de transformar o rumo das políticas públicas para as cidades mexicanas, para que sejam saudáveis, econômica e ambientalmente sustentáveis e socialmente inclusivos.

Nesse sentido, pode-se dizer que a *forma da casa própria* é um componente fundamental das condições de habitabilidade necessárias para fazer frente à crise sanitária. Do total da população que respondeu o formulário, mais de metade afirma ser proprietária da sua casa já quitada e pouco menos de um quinto diz que ainda está pagando parcela de empréstimo. No norte do país, essa forma de casa própria é maior. No caso de Tijuana, sete em cada dez entrevistados declararam que suas casas são de sua propriedade. Em Ciudad Juárez, quase metade das pessoas também respondeu ter casas totalmente pagas, mas um terço dos entrevistados afirmou que ainda está pagando por sua propriedade.

É nessas duas cidades que os trabalhadores têm maior chance de ter um emprego formal, principalmente na indústria maquiladora, o que lhes permite ter acesso à previdência e a um empréstimo para comprar moradia popular na periferia de suas cidades. Mas o pagamento de hipotecas, dívidas ou créditos estão entre as principais dificuldades que os entrevistados declaram ter. Mas enquanto em

Ciudad Juárez uma em cada dez pessoas diz ter conflitos para pagar a hipoteca, no caso de Tijuana são três em cada dez que relatam problemas com o pagamento de créditos e dívidas.

No caso da grande periferia da Cidade do México, a cidade de Guadalajara e as cidades fronteiriças consideradas neste estudo, Cidade Juárez e Tijuana, o maior número de *moradias propias* dos setores populares está localizada em grandes loteamentos financiados por organizações do setor público que foram construídos nas últimas duas décadas como parte de uma política habitacional que privilegiou critérios financeiros sem garantir o direito à moradia adequada (ZICCARDI, 2015). A falta de uma política de desenvolvimento urbano leva à construção de vários milhões de casas sem edificar uma cidade, casas muitas vezes localizadas nas periferias longínquas, onde os terrenos são mais baratos mas onde não existem os equipamentos e serviços necessários para garantir uma vida familiar e comunitária adequada, porque os governos locais não têm recursos para transformar essa realidade espacial de privação nas cidades.

Por esta razão, o *isolamento social* é por si só uma das características das condições de vida existentes em muitos destes loteamentos de interesse social. São casas pequenas em que todos os membros da família agora têm que viver mais horas. São casas localizadas nas periferias distantes, o que obriga os trabalhadores a utilizar vários meios de transporte público e muitas vezes gastam várias horas para se deslocar do seu local de residência até ao seu trabalho, pelo que estão mais expostos ao contágio do vírus.

Além disso, o abastecimento de alimentos também costuma ser distante e não há opção de entrega de mercadorias em casa. A pandemia acrescenta a todas as dificuldades que estas famílias enfrentam no seu quotidiano estar expostas ao contágio do vírus por terem de realizar atividades essenciais: trabalhar ou comprar comida no centro da cidade. Da mesma forma, são áreas com pouca ou nenhuma conectividade, o que inicialmente limitava a possibilidade de participar dos cursos “aprender online” do Secretaria de Educación Pública (SEP) e acessar outros entretenimentos virtuais.

Por isso, é importante que entre as principais ações governamentais implementadas no início do Dia Nacional de Sana Distancia pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, Territorial e Urbano (SEDATU), Comissão Nacional de Habitação (CONAVI) e Conselho de Habitação dos Trabalhadores Fundo (INFONAVIT) foi o adiantamento de três meses o pagamento das prestações e parcelas, garantido o não pagamento dos juros das dívidas, medidas posteriormente prorrogadas por mais três e que foram muito adequadas para proteger as famílias trabalhadoras que estão a pagar a casa com grande esforço. No entanto, é muito difícil para eles pagarem suas dívidas em pouco tempo, mesmo quando recuperam seus empregos e a economia se estabiliza, dados os baixos salários recebidos pela maioria dos trabalhadores. Mais uma vez, aqui são os governos municipais os que assumiram a responsabilidade de garantir o acesso a bens de consumo básicos para garantir a

sobrevivência das famílias de baixa renda, apesar de que são limitadas as ações que podem tomar para aliviar os efeitos da pandemia e apenas em alguns loteamentos tem sido promovida a criação de redes sociais para garantir o consumo local. Sem dúvida, daqui para frente, a política habitacional do governo federal deve garantir não apenas o direito à moradia por meio do acesso a uma moradia adequada, mas também a um ambiente urbano de qualidade e, sobretudo, considerar a forte interação que existe entre condições de moradia, a saúde, a alimentação, a educação, o trabalho e as condições de habitabilidade das moradias e do meio urbano.

Em relação à *habitação alugada*, os resultados do questionário aplicado nesta pesquisa confirmam que pouco mais de um em cada cinco inquiridos declarou que alugavam a sua casa. Nas grandes cidades - Cidade do México e Guadalajara - esse percentual é maior e representa mais de um quarto do total, enquanto em Ciudad Juárez e Mérida apenas um em cada dez afirmou ser inquilino. Essa forma de posse concentra-se principalmente entre os que moram em apartamento, seja em condomínio ou em unidade habitacional. Mas também existe um mercado de aluguel de quartos em terrazos e em bairros antigos e degradados, assim como em casas de bairros populares, o que constitui uma forma de aumentar a renda das famílias das classes populares e muitas vezes possibilita morar em uma área mais central com a qual a pessoa pode reduzir custos de transporte e tempo de deslocamento de casa para o trabalho ou estudo.

Os que perderam o emprego são principalmente os setores sociais mais precários e, entre eles, os mais jovens que exercem suas atividades no mercado de trabalho informal e recebem baixos salários. Da mesma forma, dada a crise econômica que desencadeou a pandemia, existe um grande contingente de trabalhadores que viram as suas jornadas de trabalho e/ou as suas remunerações reduzidas em resultado do encerramento parcial ou definitivo das empresas onde trabalhavam ou por não poderem exercer sua atividade econômica em espaço público, como é o caso dos comércios populares de rua. Essa situação coloca esses setores em franca vulnerabilidade econômica, impedindo-os de pagar aluguel, aumentando a possibilidade de que devam sair ou até mesmo serem despejados, pois no país, e ao contrário do que vem sendo feito em outros da região e do mundo, não houve medidas governamentais que criem alternativas e suportes para que essa relação contratual não seja interrompida ou simplesmente acordada entre as partes durante o período da pandemia em que todos os indivíduos e famílias devem ter o direito garantido ao local de moradia. É certo que quando não existe acordo entre proprietário e inquilino é possível recorrer a alguma instância de mediação que o permita concretizar. Por exemplo, em vários estados da república e na Cidade do México existem Centros de Justiça Alternativa que procuram contribuir para a resolução de conflitos de diferentes tipos que ocorrem entre indivíduos por meio da mediação.

Mas nesta situação de emergência sanitária em que um dos principais mandatos enunciados é “ficar em casa”, é necessária antes de tudo uma casa para poder cumpri-la. Por isso, em alguns países, os governos aprovaram legislações

de emergência que garantem que ninguém fique desabrigado quando este é precisamente o principal lugar de proteção para indivíduos e famílias diante do perigo que representa para a saúde o COVID-19. Em 31 de março de 2020 foi aprovado em Argentina o Decreto de Emergência Pública 320/2020 e em Espanha o Real Decreto-Lei 11/2020 de 31 de março. No fundo, ambas as normas pretendem garantir o direito à habitação a todos os habitantes estabelecendo a suspensão dos despejos por determinado período, a prorrogação dos contratos de aluguel que expirem nesse período, o impedimento de aumento dos aluguéis, a criação de regulamentos de emergência e formas de apoios para cobrir o pagamento de aluguel e dívidas contraídas. No entanto, o principal problema no cumprimento do isolamento social nessas residências é sua precariedade e superlotação. Apesar de nas últimas duas décadas ter ocorrido uma diminuição do nível de superlotação em nível nacional, em algumas cidades e para um elevado número de famílias a relação entre o número de membros da família e o número de cômodos da casa continua a ser elevado- Aliás, em muitas moradias vivem mais que uma família, com ou sem relação de parentesco, em condomínios familiares, o que implica que partilham espaços comuns. No entanto, este tipo de residência pode ter um pequeno pátio ou um jardim onde se possam realizar atividades fora das casas, o que pode ajudar a lidar um pouco melhor com a situação de isolamento social.

No caso da Cidade do México, esses bairros populares estão consolidados e, em alguns casos, seus habitantes aumentaram o número de quartos e/ou fizeram melhorias com base nos créditos e assessoria técnica que receberam do Programa de Melhoria Habitacional promovido pelo Instituto de Habitação da Cidade do México desde o ano 2000 (MIER & TERÁN, 2015). Essa ação pública do governo da Cidade do México difere substancialmente da produção de moradias prontas promovida pelo governo federal no marco das políticas econômicas neoliberais que levaram à produção de conjuntos habitacionais maciços nas periferias.

Por outro lado, nas colônias e bairros populares localizados nas periferias distantes, bem como nos loteamentos de interesse social, são muitas as dificuldades para o abastecimento de alimentos, acesso à água potável, acesso à conectividade e mobilidade resolutiva. Neste caso, viajar em transportes públicos onde não é possível garantir uma distância saudável, como é o caso principalmente do metrô ou autocarros que transportam diariamente um elevado número de trabalhadores, o risco de contágio é acrescido. O fato que o questionário aplicado nesta pesquisa ser feito online foi uma de suas principais limitações para que pudesse ser respondido pela população de baixa renda, que vive nessas colônias populares e que dificilmente consegue incluir entre suas despesas essenciais as relacionadas ao acesso à conectividade para vários membros da família. No entanto, obteve-se um número considerável de respostas, pois 17,8% das pessoas afirmaram morar em casa de bairro popular. Em Guadalajara e Cuernavaca esta proporção aumenta e atinge quase 20 por cento e entre as cidades em que se conseguiu um menor número de registros deste tipo de habitação, merece destaque Mérida com 8,8 por cento do total.

Outro componente das condições de habitabilidade é o *acesso e qualidade dos serviços habitacionais*, que está intimamente relacionado com a capacidade de pagamento dos indivíduos e famílias. Entre os que responderam ao questionário, sete em cada dez afirmaram ter uma ou duas fontes de renda domiciliar, a título de remuneração das atividades econômicas desenvolvidas, principalmente em empresas privadas, e/ou de transferências monetárias do governo (pensões, bolsas de estudos), que o governo federal decidiu antecipar em dois meses durante o *Dia Nacional de Sana Distancia* e reiterou posteriormente, para que as famílias tenham uma renda que garanta seu consumo básico.

Quando se consultou os entrevistados “*se já tiveram problemas em fazer pagamentos diversos*”, mais de um quarto das pessoas afirmaram ter problemas em “*pagar créditos ou dívidas*” e praticamente a mesma proporção afirmou ter “*problemas em pagar serviços*”. Outros pagamentos que os indivíduos e/ou famílias devem enfrentar são os serviços básicos de moradia, como eletricidade, água e telefone. Além disso, é previsível que, embora atualmente as pessoas realizem muito mais atividades em casa, o consumo desses serviços de habitação tenha aumentado e, com isso, o valor que deve ser pago para ter acesso aos serviços. Por outro lado, em cidades como Mérida, os habitantes têm que assumir um alto custo pelo serviço de eletricidade dado o consumo necessário de ar condicionado, necessário para suportar as altas temperaturas que se registram nesta cidade.

Outro serviço fundamental no meio urbano, essencial garantir as condições de saúde pública, é a coleta de lixo. Na cidade de Cuernavaca apenas quatro em cada dez entrevistados afirmaram ter serviço de coleta de lixo e em Ciudad Juárez, Tijuana, Guadalajara e Mérida eram cinco em cada dez. No entanto, um dos serviços públicos sobre os quais os cidadãos manifestam maior insatisfação é a segurança pública, o que gera ainda mais receios a que a população está submetida pela pandemia. Ao mesmo tempo, o isolamento social dificulta a ação da vizinhança sobre o assunto e força a substituição das interações sociais pela criação de redes virtuais que podem servir de alerta social, mas dificilmente impedem o cometimento de um crime (JASSO, 2015).

Um segundo eixo central desta pesquisa é a análise das transformações ocorridas no uso das residências, como a *expansão e sobreposição de atividades* dentro desse espaço. Como mencionado acima, a habitabilidade está diretamente ligada às características físico-espaciais das moradias e do ambiente urbano, como a altura interior mínima, ventilação e iluminação naturais, os metros quadrados da residência, o número de quartos e a disponibilidade de espaços abertos contíguos à casa, como pátios, jardins, ruas interiores ou corredores que possam fornecer maior espaço (Ziccardi, 2015).

Dadas todas as atividades que, devido ao confinamento, se realizam dentro de casa, o trabalho das mulheres aumenta. Em relação ao *trabalho doméstico* em quase todas as cidades afirma-se que quatro em cada dez são mulheres que realizam essas tarefas, além do apoio que devem dar a meninas e meninos, principalmente

os mais jovens para fazerem *atividades escolares* online e também cuidar do seu entretenimento. Também são as mulheres que assumem predominantemente as tarefas de cuidar de idosos, doentes ou pessoas com diferentes habilidades (BATHYÁNY, 2020).

As tarefas relatadas como mais compartilhadas entre mulheres e homens são o *trabalho doméstico e as compras de alimentos*. Em relação ao trabalho doméstico, cerca de cinco em cada dez dizem que são tarefas compartilhadas, mas essa relação é um pouco menor no caso da cidade de Monterrey. Em relação à compra de alimentos, é a tarefa relatada como a que os homens mais fazem sozinhos.

No total de respostas recebidas, nota-se que uma elevada percentagem de agregados familiares trabalha atualmente online (ANGULO, SANTOS & SIQUEIROS, J. 2020). No caso da Cidade do México e Mérida, sete em cada dez entrevistados afirmaram trabalhar em casa. Nesta última cidade, cinco em cada dez pessoas afirmaram ter dificuldades em realizar a atividade laboral em casa e apoiar a *aprendizagem dos filhos em casa*.

Sem dúvida, trabalhar e estudar em casa supõe uma redistribuição do espaço original da residência, o que é muito problemático, não só porque existem limitações de espaço físico, mas também porque a realização dessas atividades exige concentração. Ainda mais quando existe um único computador com conectividade que deve ser compartilhado por vários membros da família.

Em relação com o uso do *espaço público* existem fortes desigualdades a respeito da oferta de espaços públicos nas cidades consideradas neste estudo. Em Guadalajara, Mérida e Cidade do México, oito em cada dez pessoas que responderam ao questionário disseram ter uma praça ou parque perto do local de residência; no caso de Toluca foram apenas sete em cada dez. No entanto, os espaços públicos próximos de casa nem sempre são adequados, atrativos, seguros ou acessíveis e hoje mais do que nunca se exige que tenham condições que garantam a saúde de quem os utiliza e de quem neles trabalha. Por outro lado, os setores de maior renda costumam ter jardins ou espaços públicos no imóvel onde está localizada sua residência, como é o caso de quem mora em loteamento ou em prédio de apartamentos com áreas de lazer. Ou seja, como ocorre com a maioria dos ativos urbanos, é preciso reconhecer que existem condições muito desiguais no acesso e na qualidade dos equipamentos urbanos, o que se traduz em condições extremamente diferenciadas para enfrentar a pandemia.

Durante o *Dia Nacional de Sana Distancia* foram permitidas apenas atividades essenciais, ou seja, aquelas relacionadas à saúde e alimentação. Entre os espaços fechados de uso público é interessante analisar os estabelecimentos dedicados à venda de alimentos, tanto mercados ou supermercados quanto os pequenos comércios nos bairros e vilas. É necessário tomar todas as precauções e recomendações para a proteção das pessoas e possibilitar o uso dos espaços públicos. Em cada tipo de espaço público, aberto ou fechado, grande ou pequeno, com diferentes tipos de

atividades, devem ser desenhadas e cumpridas regras gerais e criados protocolos específicos, pois sair à rua não é o mesmo que entrar numa farmácia ou supermercado ou ir a um centro cultural ou esportivo na Cidade do México. Manter o estrito cumprimento dos protocolos é um desafio que dependerá em grande medida da conduta responsável que a sociedade assuma em relação à proteção da sua saúde, da sua família e da sua comunidade.

Ante a pergunta se *há lojas perto de sua casa?* destaca-se o elevado número de mercearias e lojas de conveniência e afins -bem acima de mercados e supermercados- que, como se sabe, não comercializam produtos alimentícios perecíveis. Por outro lado, a oferta de alimentos é apontada como uma das principais dificuldades que a família deve enfrentar para respeitar o confinamento. Na cidade de Mérida, mais de sessenta por cento das pessoas entrevistadas mencionaram este como seu principal problema, em Ciudad Juárez, mais da metade. Programas como Mercomuna³ de la Ciudad de México podem servir para encomendar e reduzir as saídas relatadas pelos vizinhos para comprar comida, seja resgatando os vales de alimentação, adquirindo comida nas lojas locais ou optando pela entrega ao domicílio, reduzindo assim o número de saídas à rua. E importante salientar que, segundo os entrevistados, a principal atividade que os homens desenvolvem durante o confinamento é “comprar comida”.

Outra questão importante são as mudanças no modo de vida e na *convivência no bairro* pois as relações entre as pessoas foram rápida e profundamente modificadas e reestruturadas para enfrentar os efeitos mais negativos gerados pela pandemia e pela crise econômica. Em algumas cidades, como a Cidade do México, existem iniciativas de solidariedade entre vizinhos, principalmente naqueles bairros onde antes havia trabalhos comunitários realizados no âmbito do Programa Pilares. Mas em outras cidades há um baixo percentual de vizinhos que cuidam de idosos. Tomando em consideração que os idosos devem de ser acompanhados para fazerem as suas compras durante a contingência sanitária, cabe às autarquias promover mudanças na convivência do bairro no sentido de criar ou fortalecer uma vida comunitária mais solidária. Nessas ações, a população jovem certamente poderia ser envolvida em um exercício pedagógico para criar mecanismos de cuidado baseados na vizinhança e na solidariedade social. Nesse sentido, poderiam ser utilizados canais de comunicação alternativos ao governo federal, que vêm sendo criados pelos governos estaduais e municipais e alguns até desenvolveram aplicativos para divulgação .

No estudo também foram analisadas as *ações governamentais de cada município e as propostas cidadãs*, as quais foram sistematizadas em quadros apresentados em cada capítulo (ZICCARDI, 2021). Ao responder à pergunta “*acredita que as ações do governo diante da pandemia são corretas*”, cinco em cada dez pessoas expressaram que as ações do governo federal estão corretas. No caso dos governos estaduais,

³ Mercomuna é um programa de distribuição de vales para adquirir alimentos nos comércios de proximidade.

quatro em cada dez aprovam; em relação ao governo municipal apenas três em dez. Na Cidade do México, essas tendências se confirmam para o governo federal e para o governo da capital, enquanto apenas três em cada dez afirmam que as ações do governo de seu prefeito são corretas⁴. No caso de Guadalajara e Mérida, apenas quatro em cada dez entrevistados consideraram adequadas as ações do governo federal, enquanto três quartos afirmaram sua concordância com o governo estadual e a maioria expressou o mesmo sobre as ações de seu governo municipal.

PALAVRAS FINAIS. O FUTURO DAS CIDADES E O “NOVO NORMAL”

A pandemia pôs em evidência as carências e dificuldades em que vive a maioria da população das nossas cidades. Isso requer assumir a responsabilidade social de buscar novas formas de habitar as cidades com vistas a gerar melhor habitabilidade e saúde. Em particular, deve-se prestar atenção ao conjunto de direitos urbanos que fazem parte do chamado direito à cidade, que não são exercidos por grandes setores da cidadania no México.

Os comportamentos individuais foram modificados diante das incertezas da evolução de um vírus que afetou e matou centenas de milhares de pessoas. Mas também modificou o comportamento das pessoas individual e coletivamente. Perante esta crise global de saúde, o Secretário da ONU afirmou, em julho de 2020, que “nas cidades vimos o melhor do espírito humano para enfrentar” (a crise) e chamou “a combater as enormes desigualdades e a proteger a coesão social”.

Nas cidades, o espaço individual ou habitado por uma família ou um grupo de pessoas tem sido refuncionalizado, mas isso depende das chamadas condições de habitabilidade que as casas possuem: desenho, dimensão, número de divisões, número de janelas e materiais. que tem uma casa, bem como as atividades de quem a habita, que no contexto da pandemia foram realizadas em grande parte dentro de casa. Também devem ser discutidas as condições de habitabilidade do ambiente urbano em que as casas estão localizadas, bem como as condições ambientais e de saúde existentes nos bairros e vilas, a qualidade e acesso equitativo aos espaços públicos, equipamentos, serviços de coleta de lixo, conectividade e acesso às redes e, sobretudo, aos meios de transporte massivo das cidades, já que o uso da bicicleta e do transporte não motorizado não pode substituí-lo, dadas as grandes distâncias percorridas cada dia por milhões de trabalhadores nas grandes regiões metropolitanas.

Da mesma forma, modificou-se a utilização dos espaços públicos, valorizam-se os espaços comerciais abertos e ventilados, mas o regresso às aulas obriga-nos a rever e modificar salas de aula e hospitais, o que, por sua vez, leva a repensar e recuperar os desenhos que privilegiaram a sua localização em propriedades cer-

⁴ A Cidade de México está dividida em decesseis espaços administrativos chamados de alcaldias e governados por um alcalde e um conselho. Aqui traduzimos alcalde por prefeito.

cadras por jardins e não em grandes edifícios verticais construídos com critérios de rentabilidade econômica. Na realidade, toda a infra-estrutura e serviços de saúde terão de ser revistos e reforçados, o que exige que o investimento na saúde tenha prioridade no orçamento nacional para construir novas instalações e contratar o pessoal médico necessário. Da mesma forma, os protocolos para o uso de todos esses espaços devem ser elaborados seguindo as indicações dos organismos internacionais ou nacionais e a partir da própria experiência da sociedade.

No entanto, não se trata de pensar cada um destes componentes de modo setorial, mas de partir de uma outra concepção de cidade, desenhada à escala humana e que coloque em questão os modelos de cidade compacta e vertical *versus* cidade difusa das periferias onde se constroem alto número de moradias sem cidade. Da mesma forma, questões como liberdade individual e segurança coletiva devem estar presentes no uso dos bens comuns.

O novo normal não pode ser concebido como um retorno ao anterior. É preciso rever o modelo de cidade disperso, marcado por processos de segregação residencial e fragmentação urbana (ZICCARDI, 2020), produto da política neoliberal de moradia e de políticas urbanas que privilegiaram os interesses dos empresários imobiliários. Essa tarefa deve ser realizada a partir de uma perspectiva que procure vincular as condições de habitabilidade com as condições de saúde. Para isso, é necessário criar equipes de pesquisa multidisciplinares (arquitetos, urbanistas, sociólogos, antropólogos, biólogos, economistas) que tenham experiência na realização de pesquisas aplicadas e incorporem uma perspectiva multidimensional integrada – que privilegie a busca de condições sanitárias e urbanísticas-ambientais adequadas.

A proposta da ONU Habitat (2021) de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana 2030 apontam para um caminho em que se recupera uma perspectiva local, fortalecendo a ação municipal e à escala dos bairros sustentáveis. Também é necessário trabalhar com comportamentos pessoais, familiares, comunitários e sociais e com questões relacionadas com as condições e efeitos que geram na realização das principais atividades online num contexto em que existem grandes desigualdades entre quem tem acesso às TIC e à conectividade e podem trabalhar e aprender online e os que tiveram de recorrer a programas de televisão. Essa última foi uma opção, mas não substitui o processo ensino-aprendizagem e acaba sendo uma opção insuficiente para garantir níveis aceitáveis de formação educacional, aprofundando a brecha das desigualdades entre os diferentes sectores da população segundo o seu nível socioeconômico.

As recomendações do Habitat da ONU se propõe também adotar uma abordagem de nível local por meio do planejamento de bairros, enfatizando o modelo de cidades compactas e bem planejadas que combinam funções residenciais e comerciais com espaços públicos e moradias acessíveis, o que pode melhorar a saúde pública, a economia local, o meio ambiente e a inclusão social. São três as principais

recomendações: i) garantir que em todas as fases da resposta à pandemia sejam abordadas as desigualdades e défices de desenvolvimento de longo prazo, bem como salvaguardar a coesão social, ii) reforçar a capacidade dos governos locais com medidas decisivas e maior cooperação entre autoridades locais e nacionais, e iii) trabalhar para uma recuperação económica “verde, resiliente e inclusiva”.

Também é preciso enfatizar que as cidades são espaços de inovação e riqueza, o espaço privilegiado da sociedade do conhecimento, onde estão localizadas as universidades e os melhores profissionais das diferentes disciplinas comprometidos com sua sociedade, capazes de liderar processos coletivos e colaborativos com os cidadãos e suas organizações sociais e contribuir para a formulação de políticas públicas que transformem a vida urbana e efetivem os direitos econômicos, sociais, ambientais e urbanos.

As grandes diferenças e iniquidades que existem atualmente na Cidade do México levaram à criação de uma cidadania segmentada, na qual o acesso e a qualidade da moradia, equipamentos e serviços são estratificados. Para superar isso, deve ser construída uma cidadania urbana única, para a qual há importante respaldo legal na Constituição política da Cidade do México. No robusto corpo jurídico desta Constituição local, o eixo fundamental é o reconhecimento do direito à cidade, ou seja, o conjunto de direitos urbanísticos que devem ser garantidos aos cidadãos da Capital. A Constituição não apenas reconhece direitos, mas também oferece garantias e uma das tarefas é trabalhar com os tomadores de decisão para criar igualdade de oportunidades no acesso e qualidade dos bens e serviços urbanos.

Nesse caminho, deve-se realizar um redesenho institucional e criar um padrão de governança colaborativa que permita a efetivação do direito à cidade. Isso é possível utilizando os excedentes gerados pelas mudanças no uso do solo e outros serviços urbanos, aplicando-os em áreas degradadas, bairros e conjuntos habitacionais das periferias próximas e distantes e bairros centrais. A principal intenção da ação pública deve ser a construção de uma cidade sustentável, inclusiva e mais igualitária.

O desafio das cidades hoje é construir uma cidade saudável no marco de um modelo de cidade econômica, social e ambientalmente sustentável, criando a “cidadania urbana” como extensão da dimensão social (DANZELOT, 2020), ou seja, independente de renda e condições, a cidade deve fortalecer a qualidade de vida em seus bairros, bairros e vilas, bem como promover a vida coletiva e as associações de bairro, criando um contexto favorável para a construção e expansão de uma cidadania urbana única.

A crise do SARS COV2-COVID 19 mudou a vida cotidiana nas cidades e isso exige uma mobilização coletiva, um padrão de governança colaborativa do nível do governo local. Trata-se de construir uma cidade saudável, com condições adequadas de habitabilidade e com capacidade de efetivar o direito à cidade para todos os cidadãos. Ou seja, garantir a equidade e a qualidade no acesso aos bens

de consumo coletivo são condições para um habitat saudável e socialmente inclusivo, o que requer investimento público sustentado que deve surgir dos excedentes obtidos com as mudanças de uso da terra aplicado em centros degradados e em periferias remotas e precárias.

Referências

- ANGULO, I., SANTOS, MJ & SIQUEIROS, J. Tecnologias de informação e comunicação, ferramentas para a quarentena. *Ciência*, Special Issue dedicado ao COVID, v. 19, não. 71. Academia Mexicana de Ciências, México, p. 44-51, 2020
- BATTHYÁNY, K., GENTA, N. & SCAVINO, S. Mudanças e permanências nas estratégias de cuidado da criança ao longo da vida: uma análise de gênero. *O Social em Questão*, a. XXII, n.º. 43, pág. 95-120, janeiro -abril de 2019.
- BATTHYÁNY, K. Organização social da atenção e crise sanitária na América Latina e Caribe. *Dossiê. Reflexões sobre o COVID 19*, 2 de agosto. Buenos Aires: CLACSO, 2 de agosto de 2020.
- BRINGEL, B. & PLEYERS, G (ed) *Alerta Global. Movimientos sociales en disputa en tiempos de pandemia*. Buenos Aires: CLACSO, 2020.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA (CEPAL) *O desafio social em tempos de COVID-19. Reportagem especial COVID 19*. Santiago do Chile: CEPAL, 2020.
- DANZELOT, J. *Rumo a uma cidadania urbana? A cidade e a igualdade de oportunidades*. Buenos Aires: New Vision., 2000.
- DA FONTE, JUAN RAMÓN (2020). Fadiga pandêmica, *El Universal*, México, 24 de agosto.
- Emanuelli, Silvia (2020), *Resultados da pesquisa sobre as condições de moradia e acesso à água no CDMX e na área metropolitana*, Habitat International Coalition (HIC-AL), México (www.hic-al.org).
- JASSO, C. Desordem e incivilidade no espaço público. Aproximações de políticas públicas para sua abordagem. *Revista Alter, Abordagens Críticas*, v. 6, não. 12, pág. 51-67, 2015.
- MERINO, L.; VALVERDE, K. & ZICCARDI, A. Desigualdades sociais na Cidade do México diante da pandemia de COVID 19. *Science*, Special Issue dedicado ao COVID 19, n. 71, Academia Mexicana de Ciências, México, 2020, pp. 39-43, 2020.
- Faculdade de Medicina da Universidade Autônoma do México, Departamento de Saúde Pública (2020). *Boletim sobre a COVID 19*, v. 1, não. 4 [online]. Disponível em: <https://bit.ly/3vRo4uf>. Acesso: 8 de junho 2020.
- JASSO, C. Desordem e incivilidade no espaço público. Aproximações de políticas públicas para sua abordagem. *Revista Alter, Abordagens Críticas*, v. 6, não. 12, pág. 51-67, 2015.
- MIDAGLIA, C.; ORDOÑEZ, G. & VALENCIA, E. *Políticas sociais na América Latina no início do século XX. Inovações, inércia e retrocessos*. México: O Colégio da Fronteira Norte. CLACSO, 2018.
- MIER e TERÁN, A. Melhoria habitacional como política pública, lições do Programa de Melhoria Habitacional do GDF, 1998-2006. In: Ziccardi, A. & González Reynoso, A. (eds.). *Habitabilidade e política habitacional no México*. México: PUEC, FA, FE de la UNAM, pp. 443-453, 2015.
- ONU HABITAT (2021). "Cidades e Pandemias: Rumo a um Futuro Mais Justo, Verde e Saudável" [in line], 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3XkXoNT>. Acesso: 10 dez. 2021.
- RAMONET, I. Coronavírus: a pandemia e o sistema-mundo. *Le Monde Diplomatique*, 4 de maio, p.1, 2020.
- YANES, P. *Fragilidades despojadas. COVID-19 e bem-estar*, CEPAL, México (mimeo), 2020.
- ZICCARDI, A. *Como vivem os mexicanos. Análise regional das condições de habitabilidade da habitação*. México: Instituto de Pesquisas Jurídicas, Direção de Desenvolvimento Editorial UNAM, 2015.

ZICCARDI, A. Pobreza e desigualdade. Desafios da política habitacional no México” (2000-2016). In: Midaglia, C.; Ordoñez, G. & Valencia Lomelí, E. (coords). *Políticas sociais na América Latina no início do século XXI: inovações, inércia e retrocessos* . Buenos Aires: CLACSO -El Colégio de la Fronterira Norte, pp. 363-377, 2018.

ZICCARDI, A. Novas formas urbanas e o direito à cidade. In: Carrión, F. / Dammert, F. (coords.). *Direito à cidade: uma evocação das transformações urbanas na América Latina*. Lima: CLACSO, Flacso - Equador, IFEA, pp. 61-94, 2019.

ZICCARDI, Alicia et al. *Relatório Preliminar “Condições de habitação dos lares e do meio urbano face ao isolamento social imposto pela COVID 19”* [online], 2020. Disponível em <https://bit.ly/3VZoNnR> . Acesso: 11 de maio . 2021.

ZICCARDI, A. Grandes cidades e distanciamento social. *Revista Astrolábio* , no. 25, Nova Era, Universidade Nacional de Córdoba, pp 46-74, 2020.

ZICCARDI, A. (coord.) (2021) Habitabilidade, ambiente urbano e distanciamento social. Uma investigação em oito cidades mexicanas durante o COVID-19. Cartas de cobrança de uma pandemia, Correio Certificado, Coordenação de Humanidades e Instituto de Pesquisas Sociais da UNAM, 2021. Disponível no Repositório IISUNAM <https://bit.ly/3ZEouiz> . Acesso: 10 dez. 2021.

Bibliografia complementar

CARRIÓN F. & DAMMERT, M. *O direito à cidade na América Latina* , Universidade Católica de Lima, FLACSO- Equador, Lima, 2019 . DEJARLO IGUAL

CORDERA, R. & ZICCARDI, A. (coords .) *Políticas sociais no México. Direitos constitucionais, Arquitetura institucional (2000-2018)*. México: ISS-UNAM; PUED-UNAM , ED SIGLO XXI (2022.).DEJARLO IGUAL

CORONEL, A. *A rua como objeto de estudo. Compilação de teses que estudam o fenômeno da rua*. México: IASIS, 2015.

GRUPO DE TRABAJO CLACSO sobre “Pobreza e políticas sociais”. *Declaração sobre a contingência de saúde criada pelo COVID 19*, Buenos Aires, 27 de maio de 2020.

MERINO, L.; VALVERDE, K. & ZICCARDI, A. Desigualdades sociais na Cidade do México diante da pandemia de COVID 19 . *Science*, Special Issue dedicado ao COVID 19, n° 71, Academia Mexicana de Ciências, México, pág. 39-43, 2020.

